

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA – CAMPUS SERTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIZA DÁCIA DE MATOS

**O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS ÍNDICES
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO MUNICÍPIO DE
SANTANA DO IPANEMA-AL DE 2005 A 2013**

Santana do Ipanema

2016

MARIZA DÁCIA DE MATOS

**O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS ÍNDICES
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
SANTANA DO IPANEMA-AL DE 2005 A 2013**

Monografia apresentada para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão como requisito final de obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus Sertão - Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema-AL.

Orientador: Prof. Msc. Alcides José de Omena Neto

Santana do Ipanema

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Polo Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo

M425d Matos, Mariza Dácia de.
O desenvolvimento da educação e sua relação com os índices de desenvolvimento econômico social no município de Santana do Ipanema/AL de 2005 a 2013. / Mariza Dácia de Matos.

f.48: il.

Orientador: Alcides José de Omena Neto.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Polo Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2016.

Bibliografia: f.44 - 47.

Anexo: f. 48.

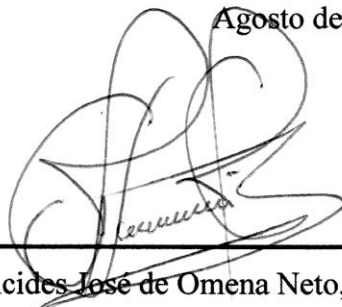
1. Educação. 2. Ensino Fundamental. 3. Desenvolvimento econômico e social. 4. Santana do Ipanema I. Título.

CDU: 33

MARIZA DÁCIA DE MATOS

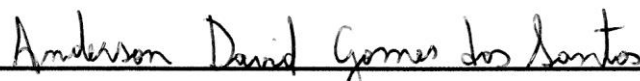
**O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS
ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA-AL DE 2005 A 2013**

Monografia submetida ao corpo docente da
Universidade Federal de Alagoas – UFAL /
Campus Sertão - Unidade Acadêmica de
Santana do Ipanema e aprovada em 10 de
Agosto de 2016, com nota 9,0.

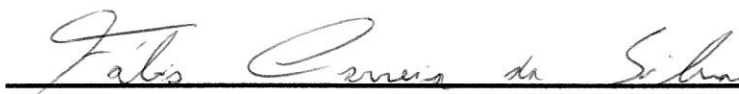


Msc. Alcides José de Omena Neto, UFAL, Orientador.

Banca Examinadora:



Msc. Anderson David Gomes dos Santos, UFAL, Examinador.



Msc. Fábio Correia da Silva, UFAL, Examinador.

Dedico este trabalho a todos que direta ou indiretamente me ajudaram nessa etapa de minha vida. Minha família, amigos, professores e meus queridos novos economistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu amado Deus, que sempre esteve ao meu lado me dando forças para nunca desistir. Sou eternamente grata por todo amor que me dedica.

Aos meus pais, irmãos e demais familiares que direta ou indiretamente me ajudaram, sendo pacientes e compreensivos, agradeço grandiosamente por tudo que fizeram por mim. Em especial aos meus pais, que não mediram esforços para me ajudar, que com seu amor me apoiaram e não desistiram de mim. Meus irmãos que sempre se faziam presentes de diversas formas. E não diminuindo o apoio dos outros, agradeço ao meu irmão Vítor (In memoriam) que prontamente cuidava de mim e nunca me negou ajuda, mesmo quando era difícil, o amarei sempre e a toda a minha família.

Meus amigos que me encorajavam quando eu não conseguia continuar, agradeço também aqueles amigos que tive a oportunidade de conviver diariamente durante este curso. Eles que sorriam e diziam: você consegue. Muito obrigada aos novos e antigos amigos, sou muito grata por tudo.

Também agradeço ao meu orientador Alcides, que com muita paciência caminhou junto até enfim a concretização deste trabalho. E apesar do desânimo que às vezes me abatia, ele com seu jeito calmo me animou.

Agradeço a todos os professores que tive a grande oportunidade de conviver, todos aqueles que me incentivaram, que insistiam em me mostrar o quanto eu era capaz, enfim, todos. Desta forma não me atrevo a citar nomes aqui, pois poderia esquecer algum e não gostaria de tal injustiça visto que todos contribuíram de forma positiva para o meu crescimento profissional. Grata por tudo, que Deus abençoe a cada um dos que fizeram parte destes momentos.

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho apresenta uma abordagem sobre a realidade do Ensino Fundamental no município de Santana do Ipanema-AL e sua relação com o desenvolvimento econômico e social local. É demonstrado um pequeno histórico da educação no país, no estado e no município onde o estudo foi realizado. Foram também estudados os conceitos sobre educação e desenvolvimento e a relação entre eles, embasados em Verçosa (2006), Libânio (2000), Vasconcellos e Garcia (1998) entre outros, tendo como objetivo fornecer informações sobre a realidade em que a educação do município se encontra e conseqüentemente o seu desenvolvimento. De acordo com os textos pesquisados, a educação tem um lugar de extrema importância para o desenvolvimento, por isso uma educação de qualidade dará suporte ao desenvolvimento social e à própria economia. Para isso, foram utilizados alguns métodos de pesquisa como a pesquisa bibliográfica, aplicação de questionário e dados estatísticos. Desta forma o trabalho procura identificar as prováveis variáveis que informem a verdadeira situação em que a educação do município está. Assim, uma das premissas mais atenuantes vista e revista nos textos estudados é que onde o desenvolvimento houver apresentado os valores positivos estes refletirão na educação e vice-versa, vê-se então que existe uma relação direta entre educação e desenvolvimento.

Palavras chaves: Educação. Ensino fundamental. Desenvolvimento econômico e social. Santana do Ipanema-AL.

ABSTRACT

This paper presents an approach to the reality of Elementary School in the municipality of Santana Ipanema-AL and its relation to economic and social local development. A brief history was shown of education in the country, the state and the municipality where the study was conducted. It was also studied the concepts of education and development and the relationship between them. Grounded in Verçosa (2006), Libânio (2000), Vasconcellos and Garcia (1998) among others, aiming to provide information about the reality of the municipality education and therefore its development. According to the texts studied education has a place of extreme importance for the development, that is why a quality education will support the social development and the economy itself. For this it was used some research methods such as bibliographic research, questionnaire application and statistical data. Thus, the work seeks to identify the probable variables that report the true situation in which the county education lives. Thereby, one of the most extenuating premises that was viewed and reviewed in the studied texts is that where development presents positive values they will reflect on education and vice versa, then is possible to see that there is a direct relation between education and development.

Keywords: Education. Elementary School. Economic and Social Development. Santana do Ipanema-AL.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados dos Indicadores Econômicos, Educacionais e Sociais.....	32
Tabela 2 – IDEB dos Anos Iniciais (1º ao 5º).....	33
Tabela 3 – IDEB dos Anos Finais (6º ao 9º).....	34
Tabela 4 – Gastos Com a Educação do Ensino Fundamental.....	34
Tabela 5 – Posição do Município no Ranking do IFDM – Educação.....	35
Tabela 6 – Dados do IDH-M e IDH-E do Município de Santana do Ipanema-AL.....	36
Tabela 7 – Dados Educacionais do Período de 2014 a 2015 do Município de Santana do Ipanema-AL.....	36
Tabela 8 – Ordem Crescente dos Possíveis Problemas na Área da Educação.....	37
Tabela 9 – Nota da Satisfação da Educação para os Profissionais da Educação.....	38
Tabela 10 – Conhecimento do IDEB da Escola em que Atua.....	39
Tabela 11 – Satisfação do Profissional Educacional com os Resultados do IDEB.....	39
Tabela 12 – Conhecimento do Investimento e Aplicação dos Recursos Repassados para a Escola em que Atua.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 7 – Conhecimento do IDEB da Escola em que Atua.....	39
Gráfico 8 – Satisfação do Profissional Educacional com os Resultados do IDEB.....	40

LISTA DE SIGLAS

ESSER	Escola de Ciências Físicas, Humanas e Biológicas do Sertão
FIRJAN	Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro
IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
IDEH-E	Índice de Desenvolvimento Humano Educacional
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PNE	Plano Nacional da Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema	16
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Geral	16
1.2.2 Específicos.....	16
1.3 Hipóteses.....	17
1.4 Justificativa	17
1.5 Delimitação.....	17
1.6 Metodologia.....	18
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1 Desenvolvimento	19
2.2 Desenvolvimento e Educação.....	25
2.3 Educação	28
2.4 Educação - História	25
2.4.1 Educação no Brasil	25
2.4.2 Educação em Alagoas	20
2.4.3 Educação em Santana do Ipanema	32
3 ANÁLISE DE DADOS.....	32
3.1 Análise de Conjuntura	32
3.2 Análise de Pesquisa de Campo	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade trazer informações sobre o desenvolvimento da educação e sua relação com os índices de desenvolvimento econômico e social de Santana do Ipanema-AL. Estando localizado no sertão de Alagoas, onde tem uma população estimada de 47.820 habitantes, com uma área territorial de 437.877 km², sua altitude média é de 250m acima do nível do mar, e tem temperaturas que variam de 20°C a 39°C. O trabalho procura mostrar que a dinâmica educacional é vetor de maior importância para o desenvolvimento local, pois não há como falar de um sem falar do outro. Essa análise quer mostrar através de pesquisa o nível parametrizado do Ensino Fundamental em que a cidade se encontra e como isso influencia em seu desenvolvimento. Tendo como propósito verificar e apontar uma realidade pouco vista por muitos da real condição da educação fundamental, e o que esta pode afetar direta e indiretamente este processo.

Para a realização do trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, levantamentos estatísticos, questionários, entre outros recursos que auxiliarão para fins de análise. Estes procedimentos serão realizados na base territorial do município de Santana do Ipanema-AL, de onde os dados levantados terão tratamento de análise quantitativa e qualitativa, sempre levando-se em consideração a relação entre o desenvolvimento econômico e o vetor educacional, procurando identificar seus pontos fortes e pontos fracos.

O presente estudo se estrutura da seguinte forma: mostrando o conceito de educação, a história da educação e o seu desenvolvimento e os seus benefícios sociais, procurando a assertiva de que não existe desenvolvimento sem uma educação de qualidade.

A educação tem tudo a ver com a qualidade de vida das pessoas, por não depender exclusivamente da acumulação da riqueza, mas sim de organização e cooperação da dinâmica social.

Procura-se no território de Santana do Ipanema-AL a assimetria entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento educacional do serviço ofertado pelo município da educação fundamental, e baseado nos dados coletados procurar a lógica da relação entre desenvolvimento econômico e o desenvolvimento educacional.

Como premissa básica do estudo e dentro da conjectura onde o papel da educação tem sua relevância, atribui-se para o município de Santana do Ipanema-AL como as realidades se comportam e porque se comportam, identificando assim que a educação é o meio para se alcançar o desenvolvimento mais justo e universal.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no TÍTULO II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional - este define o papel da educação no âmbito social, assim descrito no Art. 2º “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim, a família e o Estado se tornam responsáveis por inserir o indivíduo no âmbito educacional, podendo este se desenvolver e posteriormente exercer seu papel na sociedade como um membro ativo e colaborador do seu desenvolvimento.

É estudada nesse trabalho a relação direta entre a educação e o desenvolvimento socioeconômico, busca-se analisar e afirmar que não existe educação sem desenvolvimento ou desenvolvimento sem educação, em linguagem econômica poderia ser dito que um é variável dependente do outro.

1.1 Problema

O principal problema estudado é a relação do desenvolvimento municipal com o desenvolvimento educacional, estudando como tema específico a educação fundamental que é uma obrigação da gestão municipal a ser fornecida aos municípios. A correlação dos gastos com educação e os seus resultados alcançados será o contraponto do estudo, como também os índices de IDH-M¹, IFDM², IDH-E³ e o IDEB⁴.

Sendo a educação de uma importância significativa, pois é através dela que os conhecimentos são transmitidos para mais tarde serem aplicados, havendo problemáticas nesse processo dificilmente o desenvolvimento local acontecerá, sendo verdadeiras as premissas “o desenvolvimento econômico e social é resultado de uma educação de qualidade” ou “uma educação de qualidade é decorrente ao desenvolvimento econômico e social.”

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Mostrar o desenvolvimento educacional e sua relação com os índices de desenvolvimento econômico e social, no município de Santana do Ipanema-AL, através de pesquisa teórica e dos índices.

1.2.2 Específicos

- Identificar as informações com relação aos índices de desenvolvimento econômico e social e o desenvolvimento da educação municipal.
- Analisar o comportamento dos índices de desenvolvimento econômico e social e o desenvolvimento educacional no município de Santana do Ipanema – AL.
- Demonstrar a correlação entre os investimentos na educação e os índices de desenvolvimento econômico e social.

¹ IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal.

² IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

³ IDH-E – Índice de Desenvolvimento Humano – Educação.

⁴ IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica.

1.3 Hipóteses

- I. A educação interfere diretamente no desenvolvimento local, fazendo com que o município se desenvolva de forma que este proporcione bem estar social e econômico.
- II. Considera-se que existem vieses positivos na relação entre o desenvolvimento socioeconômico e o desenvolvimento educacional.

1.4 Justificativa

Considerando que a educação tem seu lugar garantido em todo processo de desenvolvimento humano, e que deve ser vista como algo essencial para o desenvolvimento local, este trabalho procura mostrar a importância da educação para o desenvolvimento do município de Santana do Ipanema-AL. Como também o enfrentamento das diversas dificuldades decorrentes da gestão de políticas públicas para o setor.

E tendo em vista o tema estudado por diversos autores, “que não há desenvolvimento sem educação”, estende-se o estudo ao município de Santana do Ipanema-AL para esta investigação, sendo a relação da educação e o desenvolvimento econômico o centro dessa pesquisa.

1.5 Delimitação

O trabalho foi realizado no município de Santana do Ipanema-AL, do período de 2005 a 2013. A discussão gira em torno da educação e desenvolvimento socioeconômico do município.

1.6 Metodologia

Este trabalho foi realizado através de estudo do local com o auxílio de pesquisas bibliográficas referentes à educação e o desenvolvimento socioeconômico, Freire, Saviani, Verçosa, Veiga, Vasconcelos e Garcia, Libâneo, para assim ter uma melhor visão do que ocorre no município de Santana do Ipanema-AL, ou seja, confirmar que o desenvolvimento está entrelaçado com a educação e se isso acontece no município. Foram também consultados: artigos científicos, livros, entre outros que embasaram esta pesquisa.

Outros meios utilizados para a realização deste trabalho foram: questionários com os professores, diretores e coordenadores da rede municipal no município de Santana do Ipanema-AL, a coleta de dados em sites e levantamentos estatísticos, que auxiliaram para uma melhor compreensão das particularidades do local estudado e suas mudanças históricas no que diz respeito à educação e o desenvolvimento. No sentido também de mostrar o quanto os dois necessitam um do outro neste processo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O capítulo trata de conceitos gerais de educação e desenvolvimento econômico e social e está fundamentado com referenciais teóricos que acrescentam ao texto dados apresentados nesta pesquisa.

2.1 Desenvolvimento

Na perspectiva de uma educação de intervenção social, o desenvolvimento é a meta a ser alcançada na sociedade, sendo um dos conceitos mais debatidos no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, pois muitos autores somente consideram os acréscimos constantes no nível de renda como condição para se alcançar o desenvolvimento, sem se preocupar se tais acréscimos são distribuídos de forma adequada. Para tanto, o desenvolvimento deve ser resultado do crescimento econômico acompanhado de melhorias no que diz respeito à qualidade de vida. Essa é a visão de Vasconcellos e Garcia:

Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205)

Vários autores também discorrem sobre o significado de desenvolvimento mostrando os seus pontos em comum e outras ideias sobre o mesmo Sandroni, Milone e Souza *apud* Oliveira (2002), em resumo, dizem que o desenvolvimento econômico como crescimento econômico traz melhorias de vida para as pessoas e alterações estruturais na economia. No ponto de vista de Sandroni *apud* Oliveira (2002), o desenvolvimento depende das particularidades de cada país ou região, de tudo o que está em seu meio e que possui como os recursos naturais, o passado histórico, entre outros.

Já Milone, citado por Oliveira (2002), defende que deve-se observar no decorrer do tempo as variações existentes positivas do crescimento econômico, isso para que o desenvolvimento econômico aconteça, onde é medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB, redução dos níveis de pobreza, educação, moradia entre outros indicadores. Por fim, Souza, citado por Oliveira (2002), aponta a existência de duas correntes de pensamentos econômicos: a primeira mostra o crescimento como sinônimo de desenvolvimento e a

segunda diz que o crescimento é um fator indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Veiga fala também de desenvolvimento:

O desenvolvimento tem sido exceção histórica e não regra geral. Ele não é o resultado espontâneo da livre interação das forças do mercado. Os mercados são tão somente uma entre as várias instituições que participam do processo de desenvolvimento. E os únicos países da periferia a se saírem razoavelmente bem durante a última década do século XX foram exatamente aqueles que se recusaram a aplicar ao pé da letra as prescrições cultuadas no chamado Consenso de Washington. (VEIGA, 2008, p. 80)

Sendo assim, esse processo não é tão simples, ele depende do processo histórico de determinado lugar para que se concretize de fato. Cada economia tem suas particularidades em que os seus níveis de desenvolvimento são diferentes umas das outras, pois as mesmas peculiaridades vêm de fatores históricos. E não basta ser diferente em seu perfil, mas também tem que agir de modo a não seguir padrões, como Veiga cita acima, que os países da periferia que tiveram mudanças, são aqueles que não seguiram o padrão proposto pelos países desenvolvidos.

2.2 Educação e Desenvolvimento

A educação e o desenvolvimento inseridos no local, que tem seus costumes diferentes, não devem exatamente seguir padrões que não condizem com sua realidade. E muito menos ficar esperando por políticas governamentais que não chegam. É exatamente nesse ponto que a educação entra para andar junto com o desenvolvimento. Como cita Dowbor:

A ideia da educação para o desenvolvimento local esta diretamente vinculada a esta compreensão e a necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas deste tipo, constata-se que não só os jovens, mas inclusive os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria rua até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la. (DOWBOR, 2007)

Sendo assim, educação e desenvolvimento se articulam em cada local, onde educação dá suporte para o desenvolvimento quando a formação vem trazendo um incentivo para se adquirir um perfil de pessoas mais ativas, que desejam trabalhar para mudar a sociedade em que vive, trazendo benefício para o local. Esta educação contribui para a criação de pessoas críticas e ativas no meio em que vive, por isso é através dela que as informações são passadas e que podem trazer o verdadeiro desenvolvimento para a localidade. Com estes

conhecimentos as pessoas podem e têm mais voz ativa para ajudar na construção de uma economia desenvolvida.

E assim este pensamento de melhoramento e desenvolvimento econômico e social é sempre visto e revisto de acordo com as culturas e perfis regionais, e a educação como uma variável dependente e endógena a qual gera um conflito de interesse entre o sistema em vigor e a aplicabilidade da educação como instrumento de melhoramento de mão-de-obra mais qualificada, cidadania e crítica, não é motivação do momento é debatida desde as primeiras críticas ao sistema capitalista está na visão de Marx, quando concebe que é prioritário investir no processo educacional, pois só ele pode alterar as relações entre as classes, e o trabalhador este deve a preocupação de adquirir formação necessária para terem a condição de participar ativamente na formação do estado. De acordo com Kelniar¹, Lopes, Pontili (2013).

Diante dessa realidade da educação insere-se um ponto relevante, onde hoje vive-se em um mundo no qual se pensa muito em crescimento e pouco em desenvolvimento, mas, apesar disso, o desenvolvimento é um dos fatores importantes para que haja qualidade de vida para as pessoas, sendo assim a educação e ele traçam um caminho juntos. Por isso, os objetos principais para aquisição de conhecimento e a evolução em vários aspectos são o desenvolvimento e a educação. Visto isso, o país que valoriza a educação colocando-a como prioridade tem possibilidades mais concretas de desenvolvimento socioeconômico. O contrário acontece com os países que não colocam a educação em um patamar alto, acabam por não conseguir muito êxito em seu desenvolvimento. Saviani diz que:

Ora a possibilidade de uma sociedade assumir globalmente um propósito deliberado e coerente de desenvolvimento, afigura-se um problema, em grande parte, dependente da questão educacional. A ênfase que se vêm dando ultimamente à educação como um instrumento para o desenvolvimento exprime, embora de maneira difusa e frequentemente unilateral, essa dependência. (SAVIANI, 2000, p. 1 e 2)

Tendo em vista isso, pode-se afirmar que a educação é um instrumento de suma importância para o desenvolvimento, ainda que ela não possa oferecer resultados tão rápidos como ocorre com outros sistemas, como afirma Vasconcelos e Garcias:

O capital humano é adquirido por meio da educação formal e do treinamento informal, e através da experiência. O problema para os países em desenvolvimento é que é extremamente difícil acumular fatores de produção, capital humano ou físico, com baixos níveis de renda. O mínimo que sobra, após a provisão da subsistência, não permite investir muito em educação ou em capital físico. Decidir se a criança deve começar a trabalhar ou ir para a escola é crítico para as famílias com níveis de renda muito baixos. Da mesma forma é difícil para o governo decidir como usar os recursos muito limitados que ele tem sob seu comando. E mesmo que os recursos financeiros estejam disponíveis, ainda leva anos para que se eleve o nível de educação e do treinamento. Portanto, o crescimento está limitado ao tempo que os fatores de produção levam para se acumular; a educação é fator de crescimento mais

lento, mas também é um dos mais poderosos. (VASCONCELOS e GARCIAS, 1998, p. 206 e 207)

É assim que eles vêm mostrando a realidade dos países em desenvolvimento, as suas dificuldades em obtenção de recursos que levam as escolhas não tão favoráveis para a população. E estas escolhas são feitas pelo governo e pela própria sociedade. Isso explica que uma renda baixa não é suficiente para suprir todas as necessidades que o indivíduo tem no decorrer de sua vida, sendo a educação um dos sistemas que mais sofrem em decorrência dos níveis baixos de recursos financeiros em poder desta população.

Assim a discussão de valor da educação é vista por Marx.

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. MARX, (1867, p.289)

Tratando da educação e do desenvolvimento no Brasil, Barros, Henriques e Mendonça (2002, p. 16) afirmam: “O processo de desenvolvimento econômico brasileiro nas últimas décadas, no entanto, reforça as consequências da heterogeneidade educacional no país”. Desde a inserção da educação no país a desigualdade que há é alarmante, visto que hoje percebe-se os efeitos dessa situação na própria sociedade e nos resultados educacionais que se tem. E ela foi um dos sistemas que não cresceu gradativamente com o processo de crescimento do país. Assim os autores ressaltam:

A acelerada expansão tecnológica brasileira, constitutiva de nosso prolapado período de milagre econômico, esteve sistematicamente associada a um lento processo de expansão educacional.” O progresso tecnológico claramente venceu a corrida contra o sistema educacional. Vitória de Pirro, anunciando um triunfo perverso da sociedade brasileira. A comparação da realidade brasileira com a experiência internacional confirma esse fraco desempenho de nosso sistema educacional nas últimas décadas. O Brasil apresenta um atraso, em termos da educação, de cerca de uma década em relação a um país típico com padrão de desenvolvimento similar ao nosso. (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2002, p. 16)

Portanto, o atraso da educação não é insignificante e sim alarmante no que diz respeito ao desenvolvimento que o país precisa alcançar, pois os avanços tecnológicos que ocorrem têm uma maior intensidade referente à educação, ou seja, cresce mais do que ela. Dando uma visão de que a educação parece estar estagnada e andando por caminhos ultrapassados.

É dessa forma que o presente trabalho apresenta as oscilações que a educação vem sofrendo no decorrer do tempo e suas ações para acompanhar as transformações que a sociedade está passando.

2.3 Educação

Quando se fala em educação logo se pensa em escola, sendo que o conceito de educação é muito mais amplo, uma vez que ela não acontece somente no âmbito escolar, ela ocorre também na vivência com os outros em casa, na rua, em lugares diversos onde as pessoas podem obter experiências de aprendizagem. O foco deste trabalho é falar justamente da educação enquanto processo sistemático e formal que influencia diretamente na dinâmica social e econômica de uma população. A escola é um espaço de vivência de conhecimentos. Assim, tem-se conceitos de educação a serem considerados, a exemplo do que afirma Durkheim:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não se encontram preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (DURKHEIM, *apud* BRANDÃO, 1993, p. 10)

A educação é o aprender e ensinar, a verdadeira transmissão de conhecimento que o ser humano passa de geração para geração para poder conviver com o outro. A vida está totalmente misturada com a educação, pois a aprendizagem inicia-se desde a mais tenra idade, desde então uns levam os outros a aprender seus hábitos, costumes, valores convencionais e as qualificações, especialidades, que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. Nesse contexto, Libâneo (2005, p. 78) afirma: “Com efeito, a educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade”.

É na escola que a educação se concretiza, em um sistema educacional que mostra como o homem está estruturado. Sua formação é baseada no que o ser humano carrega de suas gerações passadas. Isso porque ela está presente hoje e em civilizações passadas de forma diferente, cada um a seu modo. A partir disso, Saviani (2000) afirma que as pessoas têm o intuito de educar por isso se educam, mas antes se tem uma educação assistemática para assim então se chegará educação sistemática, que é o modo intencional que se tem de educar. Isso ocorre quando a mesma aparece para o homem como algo que ele precisa fazer e não sabe como fazer. Por isso a educação acaba sendo colocada como uma necessidade básica, onde o homem se preocupa com ela e reflete sobre ela. Saviani (2000, p. 84) reforça:

Portanto, o homem é capaz de educar de modo sistematizado quando toma consciência da situação (estrutura) educacional (a), capta seus problemas (b), reflete sobre eles (c), formula-os em termos de objetos realizáveis (d), organiza meios para

alcançar os objetivos (e), instaura um processo concreto que os realiza (f) e mantém ininterrupto o movimento dialético ação-reflexão-ação (g). (SAVIANI, 2000, p. 84)

Tudo isso faz parte do sistema educacional e de uma civilização mais avançada que decorre da necessidade de preservação e garantia do legado do acervo cultural já criado. É por essa razão que o conhecimento a ser transmitido na escola se especializou e se organizou em áreas iguais e distintas, com o nome de disciplina. Com isso a produção de conhecimento acontece de modo formal na escola, no qual esse sistema educacional ocorre, onde a sociedade é considerada civilizada, sendo ela de maior relevância tradicional nessas sociedades. Assim afirma Libâneo (2005, p. 88): “Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal”. Portanto, deixa-se bem claro a ideia de educação na visão de diferentes autores, que mostra sua importância e mais ainda o seu lugar em nossa sociedade, provando que ela faz parte do sistema, ou melhor, o sistema depende dela para poder sobreviver.

Em vista a uma educação interativa, Paulo Freire expressa bem essa questão, falando da relação docente e discente, da autonomia para discussões sobre o que se estudar, a fim da reflexão real dos assuntos pedagógicos repassados. Freire (1996, p. 25) expressa isso dizendo que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”. Ao transmitir esses conhecimentos é necessário levar o aluno a criar sua própria opinião e postura diante do que é repassado. Ele reforça ainda mais essa ideia quando mostra que a educação é uma intervenção significativa para todos os espaços:

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, com experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante enquanto o seu desmascaramento (FREIRE, 1996, p. 110)

Dessa forma mostra uma educação crítica e interativa e não simplesmente mecanizada. Essa é uma nova realidade no âmbito educacional e histórico, ou seja, os métodos antes utilizados já não são tão eficazes, e, muito além do que recursos para a educação, deve-se pensar também nas práticas educativas realizadas na sala de aula. Pois a educação não é formada somente por recursos financeiros, ela também tem que acontecer nas relações sociais vivenciadas na escola, levando o discente a ser ativo na sociedade e saber usar a educação para sair da passividade que possa estar inserido.

Visto que as dificuldades que existem no processo educativo e no seu desenvolvimento não são diferentes entre povos ou regiões, observa-se que tudo que se inicia

tem seus desafios e naturalmente novos desafios acabam surgindo, tudo isso inserido no âmbito social e político, sofrendo as influências dos mesmos. É isso que Ball e Mainardes falam:

O desenvolvimento epistemológico nas ciências humanas, como a educação, funciona politicamente e é intimamente imbricado no gerenciamento prático dos problemas sociais e políticos. O vocabulário específico deve distanciar os pesquisadores de sua atividade, mas, simultaneamente, também constrói um olhar fixo que torna a “paisagem do social” sempre mais visível. A ideia de que as ciências humanas, como estudos educacionais, permaneçam fora ou acima da agenda política de gerenciamento da população ou, de algum modo, tenham status neutro incorporado a um racionalismo progressivo flutuante é um pensamento débil e perigoso. (BALL; MAINARDES, 2011, p. 33-34)

Sendo assim, cada localidade tem seu modo de lidar com os problemas da educação de acordo com a sua cultura. Tendo em vista que ela está ligada a tudo que ocorre a sua volta, ela é um sistema que é moldado através das necessidades da sociedade e o que ela vivencia em determinado momento. Um exemplo disto foram as reformas e também a reestruturação da educação que ocorreu no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde Ball e Mainardes (2011, p. 177) falam que “a reestruturação refere-se a uma série de mudanças ambientais e estruturais – como a escolha pelos pais, escolas inclusivas e a formação de conselhos comunitários”. Apesar das mudanças ocorridas, eles complementam dizendo também que o professor não tinha voz neste espaço, não podia expressar sua opinião. Esta realidade mostra que transformações ocorrem em todos os lugares e cada uma tem suas particularidades específicas de tempo e espaço.

2.4 Educação – História

2.4.1 Educação no Brasil

A educação nos moldes cristão-ocidental é imposta no Brasil com a chegada dos jesuítas, mas a educação já existia através dos índios que educavam seus filhos ao seu modo, sendo assim a educação cultural indígena não foi absorvida na educação brasileira. Desta forma Lombardi, Saviani e Nascimento (2006) falam que “ainda não sabemos muito sobre a educação dos índios naquela época. Sabemos, no entanto, que a educação dos índios se dava por toda a vida. Ou seja, mesmo depois de adultos os índios continuavam a ser educados”. Sendo assim os índios tinham seus meios de educar, que eram diferentes da educação convencional que foi levada pelos jesuítas, e esta educação que acontecia era em decorrência

de suas particularidades e necessidades. Saviani (2008) fala que é inegável dizer então que a educação começou antes mesmo da chegada dos jesuítas no país.

O perfil da educação dada por aqueles que ali chegavam era diferente da já existente, assim Lombardi, Saviani e Nascimento (2006) falam que foi ensinado aos poucos a língua portuguesa e, através da música, outros costumes e tradições, caso também do ensino do cultivo agrícola. Para tanto não foram os jesuítas os únicos a chegarem até o Brasil naquela época, outros grupos religiosos também chegaram ao país, alguns foram logo embora, pois tinham pouca ajuda para a realização de suas atividades e outros permaneceram por algum tempo. Saviani expressa que:

Diferentemente, os jesuítas vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela Coroa portuguesa como pelas autoridades da colônia. Nestas circunstâncias puderam proceder de forma mais orgânica, vindo a exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização. (SAVIANI, 2008, p. 41)

A educação esteve presente também em outros períodos, como o pombalino e o joanino. Referente ao período pombalino, Shigunov Neto e Maciel, citados por Lopes (2013) dizem que “neste contexto os jesuítas foram expulsos do Brasil, as ideias dos movimentos iluministas e princípios liberais demandavam a formação de um homem provido de razão, um homem burguês e não mais cristão”. Os ensinamentos dos jesuítas estavam ligados à religião e tinham sempre o intuito de converter os que ali se faziam presentes, mas apesar disso, eles não costumavam excluir as pessoas de classes mais baixas. Em contrapartida a isso, o período pombalino começa uma fase diferente em consequência da expulsão dos jesuítas. A formação se dá de uma maneira separada das influências de religiões.

Já o período joanino mostra a educação voltada para a corte, distanciando os menos favorecidos desse privilégio. É dessa forma que Conde, citada por Lopes (2013), refere-se a este, dizendo que “a educação que predominou no Brasil durante o governo de D. João tinha o intuito de formar profissionais aristocráticos e da corte, em detrimento das classes inferiores”. Quando esta realidade é comparada com os dias de hoje, percebe-se que existe uma aproximação considerável, onde o melhor ensino está direcionado para a elite da sociedade, ou seja, a minoria da população. E a grande maioria acaba por se distanciar cada vez mais de uma educação de qualidade. Um dos resultados desta educação e talvez um dos mais alarmantes é o analfabetismo elevado que se tem no país como um todo, mas em algumas regiões este se torna mais intenso.

No ano de 1822, com a proclamação da independência, o Brasil entra no período imperial, mas com um grande distanciamento de melhorias na qualidade da educação. Greive

apud Lopes (2013) diz que através do artigo 179, item 30, da Constituição de 1824, todas as pessoas do país têm o direito à educação, mas esta não seria aplicada para os escravos, pois eles não eram livres, mas, apesar disto, existia uma exceção, em que os senhores donos dos escravos teriam que pagar para que eles fossem instruídos.

Ainda sobre quem podia ser inserido no sistema, Greive, citado por Lopes (2013), fala que “a elite não via em seus conterrâneos qualificação para serem incluídos na sociedade aliado a isso estava à pobreza, a necessidade do trabalho infantil, o despreparo dos professores, a escassez de material e de prédios adequados”. Mas, em contrapartida, neste período foram criadas escolas normais brasileiras com o intuito de formar os professores. Houve também a participação das mulheres nas escolas, que no final do século XIX a grande maioria delas já estudava. Assim, as mudanças que ocorreram neste período foram boas no que diz respeito às mulheres, mas referente aos escravos ainda acontecia muita exclusão, o que só viria a ser mudado no período posterior.

No período republicano Lopes (2013) diz que “com a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da república em 1889 a escolarização no Brasil se consolida a fim de homogeneizar culturalmente a nação”. Aos poucos a educação foi sendo reformulada, mesmo que lentamente, tinha-se um intuito de melhorá-la. Apesar de que hoje ainda se espera mudanças mais significativas. Assim Lopes mostra que:

Em 1920 houve reivindicação de reformas políticas e foi criada a Associação Brasileira de Educação. Ocorreram nas décadas de 1920 e 1930 várias reformas pedagógicas estaduais, no contexto da Revolução de 1930 e a subida de Getúlio Vargas ao poder. A constituição de 1934 previa a elaboração de um Plano Nacional de Educação incluindo entre outros aspectos a frequência obrigatória no ensino. O Plano foi concluído em maio de 1937 e em novembro do mesmo ano Getúlio Vargas implanta o Estado Novo. Posteriormente, tendo como personagem central em meados de 1963 e 1965 a universidade, foi implantada a articulação de ensino, pesquisa e extensão. (LOPES, 2013)

É nesse contexto que a educação no Brasil se desenvolveu com pouca ou muita valorização, ocorreram então melhorias como a criação do Plano Nacional de Educação que leva a entender que a educação é algo indispensável para a população. Para tanto, pode-se dizer que hoje vê-se a educação em um lugar mais privilegiado do que durante toda a história. Mesmo que os resultados não sejam tão grandes para o desenvolvimento que o nosso país deseja alcançar.

A Coletânea de Gestão Pública Municipal (2012) demonstra de modo direto mudanças ocorridas no Brasil, em que o ensino fundamental se tornou obrigatório e depois houve uma Emenda Constitucional, 59/2009, que diz que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito

para alunos de 4 até 17 anos de idade, que serão acrescentadas melhorias até o ano de 2016 com o suporte técnico e financeiro da União e nos moldes do PNE – (Plano Nacional de Educação).

2.4.2 Educação em Alagoas

Com relação à educação no estado de Alagoas são notórias as dificuldades enfrentadas, e isso ocorre desde seu início, mas algumas regiões tiveram maiores problemas. Um grande exemplo está nas práticas educacionais do estado de Alagoas. Sendo iniciada em meados do século XVII, como cita Verçosa:

Desta época datam as primeiras notícias da existência de algum processo organizado e formal de educação na região, através de aulas de Gramática mantidas pelos frades franciscanos nos conventos que acabavam de ser erguidos nas vilas de Alagoas e Penedo. Instalada mais precisamente no ano de 1719, essas classes oferecidas sem qualquer remuneração parecem ter sido as únicas iniciativas destinadas ao público, no campo educacional, até o final do século (VERÇOSA, 2006, p. 58)

Ainda segundo Verçosa (2006), a educação que ocorreu inicialmente no estado de Alagoas era básica, e somente os privilegiados tinham acesso a esta, pois tratava-se de estado rural e hierarquizado e sendo dominado por grupos de famílias. Para se ter um nível maior de escolaridade era preciso sair para as metrópoles (Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo), reafirmando que nem todos tinham esta oportunidade. Mas o governo teve algumas iniciativas para que isso acontecesse, até custear uma boa parte dos estudos para alunos destinados a estudar no exterior. Enquanto isso, foi pouca a criação de cursos nessa época e o poder do estado estava nas mãos de poucos. Como Verçosa (2006, p. 61), comenta “o trato da cultura letrada continuara, até aqui, pelo que se pode deduzir, um monopólio dos dois conventos franciscanos e dos poucos padres que povoavam a região.”

Uma dificuldade para a realização mais concreta da educação era a pouca capacidade dos docentes, como Costa, citado por Verçosa (2006, p. 68), fala, que esse grupo era formado “pela maior parte ineptos e sem o menor escrúpulo admitidos para o magistério, não tendo outra recomendação que o patronato, outro sistema que a sua vontade, outra tradição que incerteza do método”. Observa-se que a postura dos professores naquela época não era adequada para alavancar o ensino daquele período, dificultando ainda mais melhorias na educação. Enquanto isso, muitos acontecimentos importantes estavam ocorrendo em Alagoas além do âmbito educacional, como a expulsão dos portugueses residentes em Maceió. Reforça-se ainda que as exigências para ser um profissional da educação dos anos iniciais não

eram grandes, pois bastava ter o ensino básico. Ocorreram então tentativas de analisar essa situação para que fosse corrigida, mas logo deixaram de lado e não foi resolvido. Verçosa (2006, p. 77) fala também que com as dificuldades que a educação pública tinha, acabou por facilitar a criação de escolas privadas, mas não se tem dados precisos da quantidade destas. Verçosa mostra alguns dados relacionados às escolas criadas, a quantidades de alunos matriculados e alfabetizados:

Naquele ano de 1848, a Província contava com uma população de 207.249 habitantes, sendo 59.775 escravos e 147.249 livres. Destes, apenas 22.566 eram alfabetizados, havendo apenas 2.073 alunos matriculados em cursos primários que eram ministrados em 44 escolas.

Será criado, porém, no ano seguinte, pelo Governo provincial, o Liceu de Maceió que centralizará as cadeiras avulsas para o ensino secundário, já existentes.

Essas providências no campo da educação, contudo parecem estar seriamente comprometidas pela forma como era conduzido o ensino (VERÇOSA, 2006, p. 76-77)

Com a criação do Liceu foi se pensando em novas alternativas referentes a novos cursos para fins de adequação com a realidade das pessoas que ali residiam. Verçosa (2006) mostra que foi criado no lugar do Colégio de Educandos Artífices, um Colégio de Educandos Agrícolas, mas não teve muito êxito essa mudança, pois dois anos depois o colégio encerrou suas atividades. Ainda era uma época difícil para a educação, onde as pessoas davam preferência para estudar em outras regiões e não na própria localidade em que viviam, e foram pensando também na necessidade de professores capacitados. Foi assim que surgiu o curso normal no Liceu, no ano de 1869.

Já entrando em 1900, percebe-se que muitas coisas não mudaram mesmo com tantas tentativas realizadas para se ter bons resultados. É o que mostra Verçosa:

No setor educacional, começam a surgir nesta época, timidamente, os primeiros grupos escolares, substituindo as escolas isoladas. A avaliação que delas faz Araújo Rego, que assume em 1904 a Direção da Instrução Pública do Estado, retrata a situação dramática em que se encontravam essas escolas, por ele chamadas de “casas escolares”

Tendo sido até então a forma quase única de escola, elas “eram ‘infectos casebres’, privadas de todo o conforto, onde se imobilizavam diante de um indivíduo arvorado em professor algumas dezenas de alunos a se imbecilizarem nas rotineiras tarefas do silabário, da tabuada e do catecismo” (VERÇOSA, 2006, p. 106)

Verçosa (2006, p. 107) justifica a citação de Araújo Rego dizendo que quando se teve uma atitude diferente das já realizadas, acabava-se por não priorizar a educação, como exemplo a construção da Escola Moderna com intuítos educacionais, mas o prédio acabou sendo usado como sede do Senado Estadual. Esse é um verdadeiro caso de atitude contrária ao que se refere à valorização da educação, pois essa ação vetou uma oportunidade que ela teria para ocupar um espaço importante na sociedade.

Em meio a um cenário de constante mudança a educação vai tomando seu curso, de acordo com a hierarquia do Estado, se refazendo quando necessário para melhores resultados. O âmbito educacional sofria muitas influências de todos os lados e ocorria muito interesse, mesmo com tantas reformas que aconteceram, ele continuava avançando aos poucos, com muita resistência. Nagle, citado por Verçosa, mostra dados significativos para o início da década de 1920:

Enquanto isso, dados apresentados em 1921 à Conferência Interestadual de Educação, convocada pelo Governo Federal para tratar da difusão da escola primária pelo país, davam conta de que, em Alagoas, a matrícula nesse nível de ensino representava apenas 6% da população escolar, à frente apenas dos estados de Goiás e do Piauí que atendiam a 5% de seus alunos em idade escolar. Se confrontados com os índices de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, que atendiam respectivamente a 57%, 56%, 44%, os números de Alagoas são significativos do que se tinha conseguido com a política educacional desenvolvida nos mais de trinta anos de regime republicano em terras alagoanas. Na verdade, em termos relativos, o atendimento escolar no seu nível mais elementar continuava sendo praticamente idêntico ao que se fazia no final do Império (NAGLE *apud* VERÇOSA, 2006, p. 116).

Mesmo com tantas dificuldades foram ocorrendo rupturas, sendo uma destas com a igreja, e então, a partir daí foram criados novos cursos. Verçosa (2006, p. 119) mostra isso dizendo “quanto à Academia de Ciências Comerciais, basta ver a imprensa da época para se ter uma ideia da dimensão por ela representada no contexto da sociedade maceioense”. Esta teve uma grande importância, pois trouxe novas mudanças para aquela sociedade, até então não laica.

Aos poucos mais escolas foram sendo construídas nas cidades do interior, como diz Verçosa (2006, p. 151): “A rede de escolas secundárias públicas, antes ainda restrita, seria expandida significativamente através da construção de novos colégios na capital e em cidades importantes do interior, como Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema”. Ainda na década de 1940 com o aumento da quantidade de escolas gerou a criação de uma secretaria para que cuidasse somente da educação no Estado.

Nas décadas seguintes ocorreram fatos importantes, como destaca Verçosa (2006, p. 158-159), dentre as quais a criação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que foi um momento importante para o Estado, ampliando assim as oportunidades. Entretanto nesse período o sistema educacional não deixou de ser influenciado pelo regime militar. E para fins de adaptação do novo regime foi criada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação, que foi decretada em 1971. Percebe-se então que foi um período de mudanças significativas para o Estado. Mesmo assim, a educação de tempos passados ainda é praticada hoje no Estado de Alagoas.

2.4.3 Educação em Santana do Ipanema-AL

Partindo disso, analisaremos um pouco o surgimento da educação no Município de Santana do Ipanema-AL, Chagas (2011, p. 23) relata que “a primeira escola que se tem conhecimento em Santana foi fundada, aproximadamente, em 1906. Seus proprietários foram o casal de professores Enéas Augusto Rodrigues de Araújo e Maria Joaquina de Araújo. Essa primeira escola durou até 1914.”

Depois foram surgindo novas escolas. Na década de 1932 surgiu o Colégio Santanense, mas parou de funcionar no ano de 1940, enquanto isso é inaugurado no ano de 1938 uma escola estadual chamado Grupo Escolar Padre Francisco Correia, e em 1950 surgiu o Ginásio Santana, pertencente à rede Cenecista. Entre outras escolas que foram surgindo, em um período não tão curto (Chagas, 2011).

Foram implantadas também universidades, sendo a atual Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), antiga ESSER (Escola de Ciências Físicas, Humanas e Biológicas do Sertão) a primeira no município de Santana do Ipanema-AL, no ano de 1994. E foi instalado depois de algum tempo o Instituto de Federal de Alagoas (IFAL), no ano de 2010, no qual foi implantado o Curso de Técnico em Agropecuária e a UFAL veio em seguida, no segundo semestre de 2010, com os cursos de Economia e Contabilidade. Todos esses almejando expansões, mesmo os mais recentes. Este, portanto, é um pouco dos avanços da educação no município de Santana do Ipanema – AL, que trouxe melhorias para o local.

3 ANÁLISE DE DADOS

3.1 Análise de Conjuntura

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 211 Título VIII Da Ordem Social, Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I Da Educação, § 2º “Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”. Ou seja, tem como obrigação fornecer o ensino fundamental. Para tanto foram detectados alguns dados referentes a esta modalidade de ensino, que são de grande relevância para esta pesquisa. Mostrando quantitativamente e qualitativamente a realidade educacional do município estudado.

A tabela abaixo mostra alguns dados sobre a educação e o desenvolvimento do município de Santana do Ipanema – AL.

Tabela 1: Dados dos Indicadores Econômicos, Educacionais e Sociais

ANO	IDH-M	GASTOS COM O ENSINO FUNDAMENTAL	IDEB	IDEB – METAS	IFDM	IDH-E
2005	0,4250	6.633.259	2.1	ND	0,2940	0,2370
2006	0,4250	7.209.149	2.1	ND	0,2891	0,2370
2007	0,4250	10.174.435	2.4	2.2	0,3510	0,2370
2008	0,4250	11.502.548	2.4	2.2	0,4201	0,2370
2009	0,4250	12.977.099	3.5	2.7	0,4469	0,2370
2010	0,5910	14.231.280	3.5	2.7	0,4728	0,4630
2011	0,5910	17.056.054	3.1	3.1	0,4659	0,4630
2012	0,5910	19.474.170	3.1	3.1	ND	0,4630
2013	0,5910	19.129.881	3.1	3.4	ND	0,4630

Fonte: IDEB, Tesouro Nacional, PNUD, FIRJAN (2005 a 2013).

A primeira tabela mostra de forma geral, os dados relevantes para a produção deste trabalho, contendo o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M), Gastos com o ensino fundamental do município de Santana do Ipanema-AL, Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), IDEB – Metas, que são propostas para

educação básica, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal⁵ (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano Educacional (IDH-E).

A Tabela 2 refere-se ao IDEB observado e as metas para educação dos anos iniciais de um determinado período.

Tabela 2: IDEB dos Anos Iniciais (1º ao 5º)

Ano	IDEB OBSERVADO					METAS				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Estado	2.2	2.8	2.8	2.8	3.4	2.3	2.7	3.2	3.5	4.7
Municipal	2.1	2.4	3.5	3.1	3.1	2.2	2.7	3.1	3.4	4.6
Pública	2.1	2.6	3.2	3.0	3.2	2.2	2.7	3.1	3.4	4.6

Fonte: IDEB (2005 a 2013)

A tabela acima demonstra dados referentes à educação medidos pelo IDEB, que foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2007, onde representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

Observa-se que nos três primeiros anos da amostragem os índices foram favoráveis, com 2.4 em 2007, 3.5 em 2009 e 3.1 em 2011 e somente no ano de 2013 obteve um resultado baixo, de 3.1 acabando por não alcançar a meta proposta que era de 3.4. Além de não aumentar, continuou com o mesmo dado do ano de 2011. Apesar disso é importante destacar o ano de 2009, onde o índice foi mais elevado do que a meta, chegando a ser maior do que a meta do ano de 2013. Percebe-se então, que o índice não cresceu proporcionalmente em cada ano que se passou, e sim houve uma estagnação, que possivelmente possa ser explicado por uma diminuição do desempenho educacional nos últimos anos.

A tabela abaixo mostra dados referente aos anos finais do ensino fundamental de nove anos:

⁵ IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde.

Tabela 3: IDEB dos Anos Finais (6º ao 9º)

Ano	IDEB OBSERVADO					METAS				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Estado	1.9	2.2	2.4	2.0	2.6	2.0	2.3	2.7	3.2	4.4
Municipal	2.0	2.2	2.4	-	2.3	2.1	2.3	2.6	3.1	4.3
Pública	2.0	2.2	2.5	2.1	2.4	2.1	2.3	2.7	3.2	4.4

Fonte: IDEB (2005 a 2013)

A Tabela 3 vem mostrar os dados do IDEB observados e as metas traçadas para os anos finais da rede estadual, da rede municipal e da rede pública. De forma geral, ao analisar os dados municipais é perceptível que nos anos de 2007 até 2009 as metas foram alcançadas, mas nos anos seguintes houve um declínio da pontuação. No ano de 2011 não se tem resultados divulgados, já o IDEB observado do ano de 2013 foi de 2.3, demonstrando uma grande distância da proposta traçada que era de 3.1, assim tinha uma diferença de 0,8 pontos.

Estes abaixo são os gastos com a educação no município de Santana do Ipanema - AL.

Tabela 4: Gastos com a Educação do Ensino Fundamental

ANO	GASTOS
2005	6.633.259,66
2006	7.209.149,39
2007	10.174.435,23
2008	11.502.548,38
2009	12.977.099,64
2010	14.231.280,30
2011	17.056.054,83
2012	19.474.170,00
2013	19.129.881,00

Fonte: Finbra – Secretaria do Tesouro Nacional – base 2005 a 2013

As informações repassadas pela prefeitura para o Tesouro Nacional sobre os gastos com educação foram crescendo proporcionalmente, como mostra a tabela acima. Mesmo com estes aumentos no decorrer dos anos, a realidade do sistema educacional não demonstra ser um reflexo dos recursos repassados para a educação, como exemplo disso são os dados do

IDEB, que quando comparados com estes percebe-se um crescimento inverso. E assim constatou-se que os repasses financeiros para a educação não é o motivo pelo qual ocorre essa queda e a condição em que a educação se encontra, já que ele aumenta a cada ano.

Segundo a Constituição Federal, o Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto – Seção I da Educação, Art. 212 – define que a união aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A tabela abaixo mostra dados do IFDM entre outras informações como: a colocação do município no Estado, no País e a mediana do mesmo.

Tabela 5: Posição do Município no Ranking do IFDM - Educação

ANO	IFDM	COLOCAÇÃO DE ALAGOAS	COLOCAÇÃO DO PAÍS	MEDIANA DOS MUNICÍPIOS
2005	0,2940	71°	5.317°	0,5772
2006	0,2891	54°	4.479°	0,5715
2007	0,3510	39°	4.289°	0,6375
2008	0,4201	43°	4.244°	0,6408
2009	0,4469	25°	3.968°	0,6704
2010	0,4728	31°	4.053°	0,6932
2011	0,4659	37°	4.158°	0,7108

Fonte: FIRJAN (2005 a 2011)

De acordo com o IFDM, ocorreu no município de Santana do Ipanema-AL no período de 2005-2007 um baixo desenvolvimento educacional, mas no ano de 2008, deixou de ter uma atuação pequena para ter um desempenho regular.

No ano de 2009 a colocação do município no estado e no país teve um aumento considerável relacionado ao ano anterior, saindo de 43° para 25° lugar no estado, e no país de 4.244° para 3.968°. Não se sabe, portanto, o que ocorreu neste ano, mas as reações da educação diante dos dados foram favoráveis.

A tabela a seguir demonstra os índices IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano do Município) e IDH-E (Índice de Desenvolvimento Humano Educacional) do município de Santana do Ipanema – AL.

Tabela 6: Dados do IDH-M e IDH-E do Município de Santana do Ipanema- AL

ANO	IDH-M	IDH-E
2005	0,4250	0,2370
2010	0,5910	0,4630
2013	0,5910	0,4630

Fonte: PNUD (2005 a 2013)

Os dados representados acima são coletados a cada 10 anos, assim pode-se perceber então que o IDH-M não tem um aumento relevante quando comparado ao IDH-E, dessa forma o IDH-E praticamente dobrou a partir de 2010, porém estes dados não condizem com a realidade já vista em outros índices, em que houve um aumento, mas o nível educacional não obteve tantos avanços.

3.2 Análise da Pesquisa de Campo

Foi realizada uma pesquisa de campo com gestores e professores da educação, tendo como objetivo o conhecimento sobre as suas percepções direcionadas ao âmbito educacional. De um total de 449 professores existentes no município, foram entrevistados 130 profissionais, ou seja, aproximadamente 29%, dentre eles 121 professores, 7 gestores e 2 não se identificaram. E destes 105 são funcionários atuantes a mais de 10 anos, e 25 deles tem menos de 10 anos de trabalho na área. Com isso, constata que a maioria deles tem um grau de experiência considerável.

Tabela 7: Dados Educacionais do Período de 2014 a 2015 do município de Santana do Ipanema – AL.

Dados Educacionais		
	2014	2015
Escolas	48	36
Docentes	421	449

Fonte: Secretária da Educação de Santana do Ipanema-AL (2014 e 2015)

A Tabela 7 refere-se à quantidade de professores atuantes na educação e de escolas municipais em funcionamento nos anos de 2014 e 2015. Houve uma diminuição da quantidade de escolas, mas os profissionais da educação aumentaram. Existe uma contradição referente a isso, pois as escolas diminuem e mais professores trabalham, assim o motivo da

existência dessa contradição foi o fechamentos de pequenas escolas rurais e o concurso público que aumentou a quantidade de docentes na rede municipal. Houve em 2015 um aumento em média de 6% dos professores referente ao ano de 2014 e 25% de diminuição das escolas, ou seja, doze escolas fecharam.

A tabela abaixo mostra as respostas dadas pelos entrevistados sobre os problemas da educação que são de maior pertinência na atualidade.

Tabela 8: Ordem Crescente dos Possíveis Problemas na Área da Educação

Ordem crescente dos problemas na área da educação	
Colocação	nº
Infraestrutura da Escola	42
Gestão Financeira	41
Salário dos Professores	30
Sem resposta	17
Total	130

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

Quando questionados sobre as dificuldades na área da educação, a categoria mais votada em primeiro lugar foi a infraestrutura da escola, mostrando com isso que este é um dos fatores determinantes para um possível declínio educacional no município na visão dos entrevistados. E em segundo lugar a problemática que teve maior número de votação foi a gestão financeira, que teve uma diferença de um ponto da infraestrutura da escola, por isso ela também faz parte deste contexto. Já o mais votado para o terceiro lugar foi o salário dos professores, mostrando que há uma considerável insatisfação com o mesmo. Mas esses dados demonstram que ambas as áreas são de extrema importância para o bom funcionamento do município, pois foi pouca a diferença de uma colocação pra outra.

Levando em conta a questão financeira já se pode perceber que a educação a qual é destinado 25% do total dos recursos arrecadados pelo município, indica uma sensação de ingestão educacional, podendo até mesmo ser este um dos fatores que influenciam negativamente no progresso de ações de desenvolvimento das escolas.

Perguntou-se também sobre a satisfação que se tem com a educação atual. A tabela abaixo expressa essas respostas:

Tabela 9: Nota da Satisfação da Educação para os Profissionais da Educação

Notas	Quantidade de pessoas	%
0	4	3,08%
1	5	3,85%
2	7	5,38%
3	10	7,69%
4	9	6,92%
5	38	29,23%
6	24	18,46%
7	13	10,00%
7,5	1	0,77%
8	18	13,85%
9	0	0,00%
10	0	0,00%
Sem resposta	1	0,77%
Total	130	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

O professor expressa a sua satisfação profissional através da nota que foi dada para a educação do município. Num conceito qualitativo de 0 a 10 para satisfação, a maioria deu uma nota 5, foram dadas também a nota zero, que representa uma minoria que não deixa de ser relevante, pois mesmo que os níveis educacionais ao longo do tempo não tinham obtido avanços maiores, ele não deixou de crescer. A nota zero então entra em um processo de pessimismo na visão dos profissionais em que eles acabam demonstrando uma ideia de que não acreditam no próprio sistema em que trabalham. Este resultado leva também a se pensar na visão que os professores têm sobre a educação e do seu papel para a concretização dela no seu dia-dia.

As porcentagens demonstram de modo mais claro as notas onde 29,23% deram uma nota média para a educação. A maioria, com 43,08% foi acima de cinco, e abaixo de cinco ficou com apenas 26,92% das notas. Isso mostra que a maioria demonstrou que a educação está razoavelmente boa na visão destes.

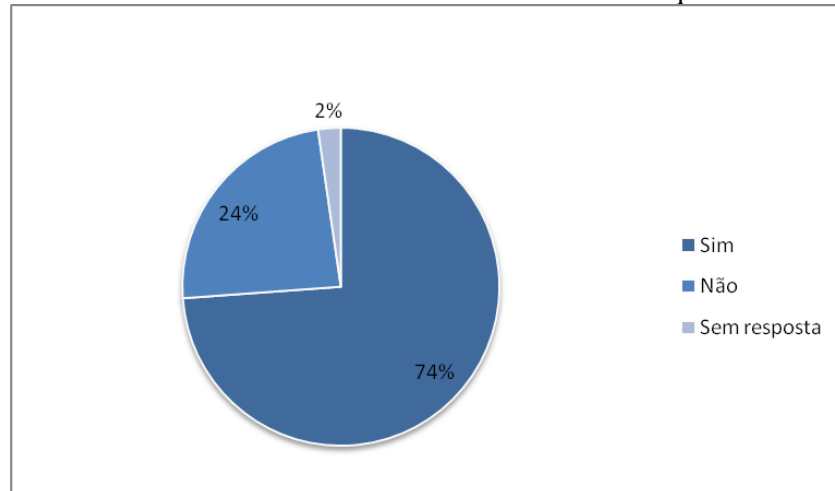
Sendo assim, relacionando os dados que já foram analisados anteriormente, essas notas acabam por se tornar somente um reflexo da realidade, deixando uma preocupação a mais com a educação atual, que deve ser levada sempre em conta a sua valia para a sociedade.

Segue abaixo os dados de quanto os professores conhecem o IDEB da sua escola:

Tabela 10: Conhecimento do IDEB da Escola em que Atua

Conhecimento do IDEB da escola	
Sim	96
Não	31
Sem resposta	3
Total	130

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Gráfico 7: Conhecimento do IDEB da Escola em que Atua

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

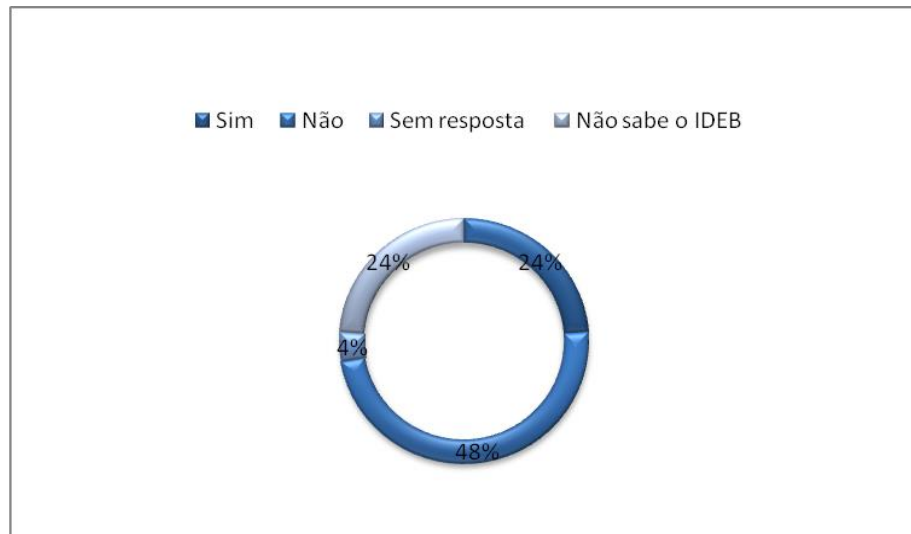
Pode-se perceber que os profissionais estão atualizados quanto à realidade atual da escola, uma vez que 74% sabe qual é o IDEB da instituição que trabalha e apenas 24% desconhece o IDEB. Dando um comparativo com as notas dadas não deixa de ser pertinente o que os docentes demonstram com a nota de avaliação para educação, tendo em vista que o IDEB é um dos meios de estimar a problemática da educação no que diz respeito à frequência dos alunos nas aulas e as notas de avaliações aplicadas.

Os docentes também responderam sobre a sua satisfação com os resultados do IDEB:

Tabela 11: Satisfação do Profissional Educacional com os Resultados do IDEB

Satisfação com o resultado do IDEB	
Sim	31
Não	63
Sem resposta	5
Não sabe o IDEB	31
Total	130

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Gráfico 8: Satisfação do Profissional Educacional com os Resultados do IDEB

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Referente a satisfação dos resultados do IDEB da escola em que atuam, as respostas quanto ao questionário aplicado em sua maioria foram negativas, ou seja, dos 130 entrevistados 63 deles disseram que os índices eram ruins o que representa 48%, e 24% que representam 31 entrevistados disseram que os índices eram bons. Do total de 130 entrevistados 5 não deram resposta e 31 informaram não conhecer o IDEB. Essa questão vem confirmar cada vez mais a hipótese de uma educação necessitada de mudanças que possibilite níveis maiores de desempenho. Pois os que conhecem a situação em que a escola se encontra não consideram satisfatória essa realidade, a fim de conseguir suprir as metas propostas para cada município e escola individualmente.

Tabela 12: Conhecimentos do Investimento e Aplicação dos Recursos Repassados para a Escola em que Atua

	A visão do investimento realizado na educação	Aplicação do Investimento
Ruim	60	58
Razoável	33	41
Boa	11	4
Ótima	0	1
Sem resposta	26	26
Total	130	130

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

Neste resultado depara-se com uma contradição sobre a realidade existente e as respostas dadas pelos docentes. Na visão deles o investimento transferido para a educação não

é suficiente. No entanto, deve-se destacar que o investimento vem aumentando gradativamente a cada ano, de acordo com a tabela 4 pág.34. Mas em relação a aplicação dos recursos nas escolas permanece a insatisfação, isso quer dizer que mesmo com os aumentos relacionado aos recursos transferidos para a educação, este não é bem aplicado nas escolas segundo os entrevistados.

Os dados analisados anteriormente em sua maioria não tiveram resultados positivos, e estes também acabaram por direcionar para o mesmo caminho. Comparando-os, é perceptível que a educação neste município não possui bons resultados, mesmo tendo um aumento gradativo do investimento na educação. Nesta área que agrega tantas problemáticas estão sendo formadas gerações nas quais se depositam expectativas de progresso social, portanto é necessário que a sociedade civil organizada promova ações para melhorar os índices negativos da educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho estudado procurou-se constatar a relação entre educação e o desenvolvimento do município de Santana do Ipanema-AL, mostrando que ambos têm um papel fundamental no local, sendo meios de levar melhorias para a sociedade. De acordo com o referencial teórico a educação teve grandes dificuldades para crescer no âmbito social, mesmo sabendo que ela é uma das ferramentas para um desenvolvimento socioeconômico adequado e justo.

Observaram-se os investimentos direcionados para a educação e seus resultados não favoráveis. Percebeu-se que, mesmo tendo aumentos consideráveis, não se promoveu bons resultados quanto às questões de ensino-aprendizagem do educando. Levando em consideração também a realidade dos profissionais da educação que sofrem com o lento avanço educacional do município.

Para que o desenvolvimento econômico aconteça é necessária uma educação adequada, que valorize o indivíduo desde o início de sua formação, pois ambos dependem um do outro. Sendo esta um fator importante para o local, Iosif mostra que a realidade não condiz e não acontece dessa forma no nosso país:

A educação brasileira está em crise! Melhor dizendo, a educação no Brasil sempre esteve em crise. O país nunca soube cuidar com propriedade da educação do seu povo e agora está começando a pagar um alto preço por essa falta de cuidado com a educação. A educação atual ofertada no cenário das escolas brasileiras, que segundo sua legislação educacional, deveria primar pelo exercício da cidadania, não consegue fazer com que grande parte dos alunos aprenda a ler e a escrever e, muito menos, formar sujeitos críticos e capazes de se organizar coletivamente em prol dos direitos de cidadania (IOSIF, 2007, p. 55)

O país sempre teve grandes dificuldades para colocar em prática uma educação de qualidade. Pois foram abrindo-se lacunas durante todo esse tempo, onde acabaram por se instalar em todo o país grandes taxas de analfabetismo, percebe-se essa realidade principalmente em determinados locais. Dessa forma o Brasil tem grandes problemas para fazer com que a educação consiga desenvolver discentes críticos e partícipes da sociedade.

Esses problemas que a educação vêm sofrendo ocorrem desde a implantação dela no país, isso indica que houve um acúmulo e repetição de erros até os dias de hoje. E o município acaba por sofrer grandes perdas em decorrência dessas deficiências que a educação carrega, pois desenvolvimento não ocorre quando se tem um sistema com tantas falhas.

Outro ponto citado foram as questões sobre as diferenças do crescimento e do desenvolvimento, verificou-se que estes são distintos em seus significados. Um requer

riquezas para a sociedade e o outro a satisfação do indivíduo e o cumprimento dos direitos que eles têm, educação, atendimento a saúde, alimentação e o lazer.

E ao longo do desenvolvimento do município houve muitas mudanças no sistema da educação nacional, mas não foram suficientes para suprir as necessidades locais existentes. Nos dados estudados neste trabalho os indicadores tais como IDEB, IDH-E do município, tiveram um baixo desempenho e em alguns casos até diminuindo, ver IDEB. Assim, o desenvolvimento dos aspectos sociais e econômicos, dependentes dela, também sofre as consequências desse sistema, que deveria ter uma eficiência maior.

Os dados da pesquisa de campo refletem uma situação preocupante, pois muitos dos resultados não foram consideravelmente bons, refletindo em sua maioria a falta de conhecimento do que ocorre com a educação de modo geral. Sabe-se que ela não está boa, mas os reais motivos para tanto não são tão claros para eles. Os entrevistados reconhecem que o índice não está bom, mas coloca a culpa nos investimentos, o que não é verdade, porque os investimentos ocorrem, mas talvez o que não aconteça, seja a aplicação correta destes. Isso requer um conhecimento maior do que ocorre com a educação por parte dos professores, pois sem esse conhecimento não tem como reivindicar os seus direitos reais. Talvez esse seja um dos fatores que venham determinar a má condição da educação.

Com isso, o baixo índice da educação no município de Santana do Ipanema diverge da situação de repasses financeiros destinados, pois o que se constata é a falta de uma população que tenha possibilidades de promover avanços de metas estabelecidas. Essa realidade constatada indica a urgência de melhorias na qualidade da educação ofertada nas instituições de ensino para que existam possibilidades de adequação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento educacional.

Assim buscou-se o presente trabalho mostrar a questão das políticas públicas e seus investimentos na educação e diretamente os seus resultados, aponta desta forma a uma possível ingestão do erário, não encerrando o tema, mas apenas abrindo para novas discussões.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Pelo Fim das Décadas Perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n 857, p. 1 – 17, jan. 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2631/1/TD_857.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28 ed., 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/01_02_2010_13.39.05.85b72235f860536bc b82c3463914f15d.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. **Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro, 2001-2012**. [s.l., entre 2001 e 2012]. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/central-de-conteudos/publicacoes/idb-portugues.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CHAGAS, B. Clerisvaldo. **Santana do Ipanema: Alagoas – conhecimentos gerais do município**. Santana do Ipanema: [s.n.], 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Educação: o planejamento da educação no município**. Brasília: CNM, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Apropriação da Realidade Local**, 2007.
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200006>.
Acesso em: 02 fev. 2016.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>.
Acesso em: 30 abr. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **História**. Disponível em:
<<http://www.santana.ifal.edu.br/o-campus/historia>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alagoas**: Santana do Ipanema. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270800&search=alagoas|santana-do-ipanema|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB – Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **O que é Ideb**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. **A Qualidade da Educação na Escola Pública e o Comprometimento da Cidadania Global Emancipada: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, Programa de Pós - Graduação em Políticas Sociais, Brasília, 2007.

KELNIAR1, V. C. (G), LOPES, J. L. (OR), PONTILI, R. M. (CO-OR), In EPCT VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica – O Método Científico – de 21 a 25 de outubro de 2013, Campo Mourão – PR, **A Teoria Do Capital Humano**: revisitando

conceitos. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6244039-A-teoria-do-capital-humano-revisitando-conceitos.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. Os Significados da Educação, Modalidades de Prática Educativa e a Organização do Sistema Educacional. In: _____. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2005. p 69-103.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Educação no Período Colonial 1500-1822**. Disponível em: <<http://navegandohistedbr.comunidades.net/a-educacao-no-periodo-colonial-1500-1822>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

LOPES, Sara Silva. **Linha do Tempo da História da Educação Brasileira**, 2013. Disponível em: <<http://sarasilvalopes.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

MARX, K.; **O Capital**, VOLUME I e II Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe; Editora Nova Cultura Ltda.; 1996.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.39-48, maio/ago. 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro, 2013**. Disponível em: <www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SANTANA DO IPANEMA-AL. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.santanadoipanema.al.gov.br/pagina/historico>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SENADO FEDERAL. **Atividades Legislativas**. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_211_.asp>.
Acesso em: 27 abr. 2016.

SILVIA T. Maurer Lane; BADER Burihan Sawaia (Orgs). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense; Educ, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS. **Campus II Santana do Ipanema**. Disponível em: <<http://www.uneal.edu.br/campi/campus-ii-santana-do-ipanea/campus-santana-do-ipanea>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Santana do Ipanema**. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/sertao/unidades-de-ensino/santana-do-ipanea>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, José Ely da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: história, histórias**. 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

APÊNDICE

APÊNDICE: QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

Neste questionário não há respostas certas ou erradas. O conjunto de informações obtidas neste questionário será utilizados para elaboração de estatísticas e de estudos sobre educação de Santana do Ipanema - AL.

Tema: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DO MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA- AL DE 2005 A 2013

Questionário de entrevista

1. Conceitue sua profissão

Professor Educador Gestão Direção

2. Tempo de trabalho

Menos de 10 anos Mais de 10

3. Ordene de forma crescente as dificuldades na Área da Educação:

- Infraestrutura da escola
 Salário dos professores
 Gestão financeira

4. Numa avaliação (de 0 a 10), qual sua nota para o nível de satisfação com a educação pública de Santana do Ipanema?

Nota _____

5. Você sabe qual é o IDEB da sua escola?

sim não

Você está satisfeito com o resultado deste IDEB?

sim não

6. Qual é sua visão quanto ao investimento realizado na educação?

Ruim Razoável Boa Ótima

7. E a aplicação desse investimento?

Ruim Razoável Boa Ótima